

VAMOS TER UMA T.V.

INDEPENDENTE!

Um grupo de homens corajosos e amantes da liberdade, está trabalhando para acabar com o monopólio da TV em Portugal.

Esperamos que o Governo não tenha medo desta liberdade.

A VOZ DE

SEMANARIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

PORTO
PAGO

ANO XXVI

1-6-1978

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 677

Composição e Impressão

«GRÁFICA EDITORA»

Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barral

Redacção e Administração

GRÁFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

Relevantes figuras governativas visitaram o Algarve e auscultaram os seus problemas

● AS OBRAS PORTUÁRIAS DO ALGARVE CUSTARÃO
248 MIL CONTOS EM 1978

● PROJECTO DA PONTE SOBRE O GUADIANA SERÁ
APROVADO EM JUNHO PRÓXIMO

Inquestionavelmente há que concluir, o Algarve atrai as atenções directas dos nossos governantes, que em jornada racionalmente programada percorreram, de 19 a 20 de Maio, as zonas do barlavento e sotavento, contactando com as autoridades e populações locais e inteirando-se «in loco» dos variados e afectos problemas.

Assim, em cumprimento das suas altas funções estiveram no Algarve durante os dias referidos os Ministros dos Transportes e Comunicações, dr. Ferreira de Lima, da Agricultura e Pescas, dr.

Luis Salas, do Comércio e Turismo, dr. Basílio Horta, os Secretários de Estado da Marinha Mercante e das Pescas, drs. Correia Maltês e Vasco Neves, e ainda o Secretário de Estado do Turismo, Baltasar Gonçalves.

Os ministros dos Transportes e Comunicações e Agricultura e Pescas, bem como os respectivos Secretários de Estado percorreram conjuntamente, em função de agenda de trabalhos preestabelecida, por conveniência das suas atribuições, um itinerário diferente do Ministro do Comércio e Turismo e Secretário de Estado do Turismo.

Devido a essa circunstância fazemos referência em separado dos pontos mais salientes da visita efectuada pelos citados membros do Governo.

MINISTROS DOS TRANSPORTES
E DAS PISCAS

Em declarações prestadas à imprensa o Ministro dos Transportes explicou que «o Governo pensa

que os problemas portuários naquela província estão intimamente ligados às pescas. É tempo dos dois sectores darem as mãos por forma que uns não planifiquem portos que, depois, os outros não podem utilizar. Essa cooperação é hoje uma realidade que me cumpre realçar».

Foi, portanto, sob tal óptica que estes membros do governo auscultaram conjuntamente as carências

(continua na pág. 3)

É MAIS LEVE A AUSTRERIDADE IRMAMENTE REPARTIDA

Possivelmente, nos tempos mais próximos a austeridade, como sinónimo de vida mais sóbria e mais árdua, não deixará de constituir, forçosamente, um dos temas dominantes do panorama português.

As contingências económico-financeiras do país, caracterizadas pelo periclitante equilíbrio da balança de pagamentos aliada à recém «carta de intenções» endereçada ao F. M. I. assim o de-

creta, recomendando uma terapêutica de ajustamentos, aplicada como antídoto.

Em face do conteúdo das medidas (continua na pág. 7)

INCREMENTO PROVÁVEL DA EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA

Para elaboração do texto definitivo de um protocolo sobre a emigração portuguesa para a Venezuela, e que poderá vir a ser assinado em Caracas pelo general Ramalho Eanes, quando da sua programada estada, decorreram em Lisboa diversas reuniões.

Neste sentido estiveram em Lisboa, Heber Olavarieta, dos recursos humanos da Venezuela e Fernando Alves, do Instituto da Emigração Portuguesa naquele país, que mantiveram contactos com Cassola Ribeiro, director geral da emigração.

O ALGARVE ENRIQUECE
PORTUGAL

A PESCA

Continuando a falar das potencialidades do Algarve e do seu melhor aproveitamento, escolhemos, para hoje, o sector das pescas.

As mais gloriosas páginas da (continua na pág. 6)

Porto de Pesca de Quarteira defendido no Plenário da Assembleia da República

Ao que tudo indica o Algarve está a merecer por parte dos nossos governantes e parlamentares a acuidade das suas atenções.

Desta feita, foi levantado no plenário da Assembleia da República, no passado dia 12 de Maio, pelo deputado José Vitorino, per-

tinente ao grupo parlamentar do PSD, o problema do porto de pesca de Quarteira, que, escusado será dizê-lo, se reveste de extrema importância para esta zona piscatória, que de há muito anseia um abrigo seguro para a sua frota.

Transcrevemos, portanto, a parte mais saliente da intervenção do citado deputado e que trata e discorre objectivamente sobre tão candente óbice e suas implicações:

Há alguns anos atrás QUARTEIRA, freguesia do Concelho de Loulé, dispunha de uma considerável importância no sector piscatório e tanto assim que até chegaram a haver fábricas para tratamento do pescado.

Contudo, devido à falta de con-

(continua na pág. 3)

EM VALE DO LOBO

CIDADÃO HOLANDÊS APOSTA NA RECUPERAÇÃO DO TURISMO ALGARVIO

Durante o Processo Revolucionário que esteve em curso neste país (para o lançar na fétida lama da miséria mais degradante), Vale do Lobo foi presa fácil de quantos optavam pela política da terra queimada.

Todas as negociações, todos os escandalozinhos, todos os chorudos ordenados ali pagos foram sabiamente explorados por aqueles que ingenuamente foram manipulados para combater a burguesia, o capitalismo e a presença dos estrangeiros que era urgente substituir por outros estrangeiros.

Vale do Lobo era um autêntico paraíso dos estrangeiros que adoram este Algarve de sonho,

de sol, de clima ameno, de água tépida, de gente acolhedora. Por isso era necessário insultar essa

(continua na pág. 8)

Reforma Agrária

Cortica «engasga» o Governo

O Governo está na posse de elementos sobre cerca de 80 casos de transacção ilegal de cortiça do ano passado, mas ainda não decidiu qual o seguimento que este assunto deve ter. Em particular, a GNR apreendeu, o

ano passado, onze camionetas de cortiça, que «engasgaram» os Serviços Oficiais pois não sabem o que há-de fazer com a cortiça apreendida.

As razões deste impasse são (continua na pág. 2)

Viver que vida?

TERRA: 4000 milhões de habitantes «vivos». Doentes todos. Sub-alimentados uns... muitos. Super alimentados alguns. Vivem-

DESINTERVENÇÃO DA TORRALTA

Realismo e Bom-senso

A desintervenção da Torralta constituiu um passo de extrema importância para o realismo político do nosso País. Efectivamente a recuperação económica que todos pretendemos tem de assentar as suas bases no investimento (continua na pág. 3)

do de modo insalubre, quase todos. Respirando ar que há muito nada tem de puro. Sujeitos a ruídos supra-normais. Sob tensão constante. Nas grandes metrópoles as nevroses crescem assustadoramente. Uma vida a correr. Destino? Morte ou adaptação. Dos primeiros não reza a história, mas não deixam de ser um exemplo e um terrível aviso. Os segundos, os adaptados, ainda «vivem». O organismo mantém-se à custa de vigilância apertada. Cresce o consumo de medicamentos! Crescem as doenças e muito mais a insatisfação.

Terra, 4000 milhões de habitantes que teimam em manter-se vivos. Mas... Viver que vida?

A Ecologia responde.

Ecologia é uma palavra sim- (continua na pág. 3)

«A DEFESA E A LUTA PELAS LIBERDADES
DEMOCRÁTICAS NOS PAÍSES DA EUROPA É UM
FACTOR DE IMPORTÂNCIA VITAL PARA UMA
OPOSIÇÃO EFICAZ À AMEAÇA DO IMPERIALIS-
MO RUSSO, SEM A QUAL NÃO É POSSÍVEL A MO-
BILIZAÇÃO DE TODO O POVO PARA A LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL».

Da Conferência sobre a Ameaça Russa

Cortiça «engasga» o Governo

(continuação da pág. 1)
bem conhecidas: apesar da lei ser clara, e apesar de ser afirmado, constantemente, que vivemos num Estado democrático e de direito, o facto é que o País continua a viver ao sabor das lutas ideológicas partidárias e de interesses que se travam no seio do Governo, de tal forma que os processos legais continuam a ser perfeitamente boicotados.

Um exemplo claro deste boicote à legalidade foi o projecto do decreto-lei sobre a cortiça, que a Secretaria de Estado das Florestas tentou fazer aprovar recentemente. Neste projecto previa-se que os contratos não efectuados o ano passado, de transacção de cortiça, passassem a ser

regidos pelo novo decreto-lei, o que significava, pura e simplesmente, a legalização das fraudes cometidas.

Mas, um grupo de pressão de ideologia oposita actua, neste caso, no mesmo sentido, e combate a legalidade com vista aos interesses dos industriais de preparação de cortiça, que foram, em grande número, cúmplices de todas estas fraudes.

Há quem argumente no Governo que, se se aplicarem as multas previstas na lei aos industriais fraudulentos, isso os poderá levar à falência, esquecendo que esses industriais se encheram de dinheiro o ano passado, à custa destes negócios ilegais, e que este ano continuam, tranquilos e im-

punemente, o saque do Alentejo.

Não cremos noutro caminho senão o que passa pela reposição da justiça e da legalidade. E não venha o Governo tentar tranquilizar a consciência dos cidadãos, inquietos com a vaga de desonestidade que assola o País, garantindo que as vítimas, os agricultores expoliados, serão indemnizados no futuro, porque esse argumento, inventado pelos gongalvistas, tem para essas vítimas o significado claro da exploração consumada e consentida pelo Governo.

6-5-78

Vacas de Carvalho

Tivemos conhecimento que, neste momento, os industriais de preparação de cortiça pressionam o Governo no sentido de ser aprovada a legislação proposta pela Secretaria de Estado das Florestas com a colaboração dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas.

INFANTE & FIRMO, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 8 do mês corrente, lavrada de fls. 94, v.º a 96, do livro n.º A-53, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Francisca Marques Infante e Graciete Maria Marques Firmo, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma de «Infante & Firmo, Lda.», tem a sua sede no Centro Comercial da Marina, lojas 22, 23 e 25, Vilamoura, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado, iniciando a sua actividade a contar desta data.

2.º — O seu objecto consiste na exploração de cafetaria e bar, docaria, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem.

3.º — O capital social é de 50 000\$00, integralmente realizado em dinheiro, representado por duas quotas, uma do valor nominal de 17 500\$00 pertencente à sócia Graciete Maria Marques Firmo, e outra do valor nominal de 12 500\$00, pertencente à sócia Francisca Marques Infante.

4.º — A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade e dos sócios não cedentes.

5.º — A gerência da sociedade, dispensada de caução — com ou sem remuneração conforme for deliberado em Assembleia Geral — compete a ambas as sócias, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo necessária a intervenção de ambas para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos.

Em actos de mero expediente basta a assinatura de um gerente.

§ 1.º — Os gerentes podem delegar entre si ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, mediante procuração.

§ 2.º — É proibido aos gerentes obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor e em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

6.º — Quando a lei não prescreva outras formalidades as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas por carta registada dirigida aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 11 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Apartamentos em Quarteira

Vendem-se, com 3 assoalhadas, próximo da Garagem-Sacor, Telef. 62028 — LOULÉ.

CONSTRUÇÕES PEREIRA & FREIRE, LIMITADA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 5 de Maio corrente, lavrada de fls. 83 v.º a 84 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º F-130, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do Notário Lic. Lídia Rodrigues Maia Devesa, transferida a sede da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, de Quarteira, concelho de Loulé, para Lisboa, e consequentemente, alterado parcialmente o respectivo pacto social, pela substituição da redacção do artigo primeiro pela seguinte:

PRIMEIRO — A sociedade

de adopta a denominação de «CONSTRUÇÕES PEREIRA & FREIRE, LIMITADA», tem a sua sede em Lisboa, na Rua da Beneficência, número duzentos e nove, Porta dois, freguesia de Nossa Senhora da Fátima, durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos, desde a data da sua constituição.

Está conforme.

Lisboa, vinte e três de Maio de mil novecentos e setenta e oito.

O 1.º Ajudante,
António da Glória Martins
Baptista

A Voz de Loulé, n.º 677 de 1-6-78

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Correm éditos de 20 dias, a contar da 2.ª publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados José Inácio Marques Martins e mulher Margarida do Carmo Cabrita Matias Marques Martins, rua Júdice Fialho, 49-A, Portimão, para, no prazo de 10 dias posterior ao dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos, pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução de sentença movida, na 2.ª Secção deste Tribunal, pelo Banco Português do Atlântico, em que foram penhorados o prédio urbano sito na rua Padre Filipe, Portimão, descrito na Conservatória sob o n.º 7438, e 1/2 dos prédios urbanos sitos na rua Padre Filipe, Portimão, descrito na Conservatória sob o n.º 6572, e na rua Júdice Fialho, Portimão, descrito na Conservatória sob o n.º 3127.

Loulé, 15 de Maio de 1978.

O Juiz de Direito,
Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
João-Maria Martins da Silva

Fernandes, Faria & Rodrigues, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 13 do mês corrente, lavrada de folhas 100, v.º a 102, v.º do livro n.º A-53, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, cada um dos sócios da sociedade «Fernandes, Faria & Rodrigues, Lda.», com sede na Praça da República, n.º 53, 1.º, desta vila de Loulé, Luís Alberto Gouveia Fernandes, João Manuel de Azevedo Faria e Maria Irene de Sousa Rodrigues, dividiu a sua quota do valor nominal de 50 000\$00, em duas novas quotas, uma de 45 000\$00, que reservaram para si, e outra de 5 000\$00, que cedaram em comum e em partes iguais, a Ana Maria Antunes dos Santos Fernandes e Rosalina Maria da Rocha Gonçalves;

Pela mesma escritura, pelos actuais e únicos sócios os cedentes e as cessionárias — foram alterados o art.º 3.º e o n.º 1 do art.º 4.º, do

pacto social, que passaram a ter a seguinte redacção:

Art.º 3.º — O capital social é de 150 000\$00, está inteiramente realizado em dinheiro e outros valores constantes da respectiva escrituração, e corresponde à soma de seis quotas, três do valor nominal de 45 000\$00 cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Luís Alberto Gouveia Fernandes, João Manuel de Azevedo Faria e Maria Irene de Sousa Rodrigues, e três de 5 000\$00 cada, pertencentes em comum, a Ana Maria Antunes dos Santos Fernandes e Rosalina Maria da Rocha Gonçalves.

Art.º 4.º — 1. A gerência da sociedade fica a cargo dos sócios Luís Alberto Gouveia Fernandes, João Manuel de Azevedo Faria e Maria Irene de Sousa Rodrigues, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com remuneração ou não, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

PIRIMOR

Com PIRIMOR não há «PIOLHOS» que resistam.

PIRIMOR o aficida que destrói totalmente

os «PIOLHOS», protegendo as abelhas e os insectos úteis.

PIRIMOR

O «MATA PIOLHOS» ao Serviço da Agricultura.

Pedidos a:

TECNIALGARVE — Estrada da Penha, 28-A — FARO

Telef. 26424

(4-4)

J. Luís Brito da Mana

ADVOGADO

ESCRITÓRIOS:
Rua de Santa Justa, 82-1.º
Tel. 321505 — LISBOA

Rua da Trindade, 12-1.º-Esq.
Tel. 24505 — FARO

(6-2)

Aníbal Sancho

Alexandre

SOLICITADOR

Rua da Trindade, 12-1.º-Esq.
Tel. 24505 — FARO

(6-2)



AGRADECIMENTO



MANUEL BRITO DA MANA

Sua família agradece a todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, e vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada, numa derradeira expressão de pesar que calou fundo nossos corações.

Para todos o penhor da nossa gratidão.

Porto de Pesca de Quarteira

defendido no Plenário da Assembleia da República

(continuação da pág. 1)

dições portuárias favoráveis, a pouco e pouco, a actividade foi diminuindo de intensidade, em benefício de outras localidades com melhores estruturas em terra.

Ao mesmo tempo, Quarteira foi-se transformando numa zona balnear bastante conhecida, primeiramente apenas por algarvios e portugueses em geral, e mais tarde, como aconteceu em relação ao resto da Província, pelos estrangeiros.

Com o aumento do surto turístico surgem os empreendimentos respectivos cujo expoente máximo é sem dúvida Vila Moura. Empreendimento que, dentro do plano de aproveitamento turístico, previa várias iniciativas e, de entre elas, a construção de um porto de recreio cuja utilização pela concessionária, a empresa Lusotur ficou regulada pelo Decreto-Lei n.º 215 de Maio de 1970. A inauguração do porto teve lugar 4 anos depois, em 1974. E chegado a este momento da exposição poderão perguntar. Mas onde residem efectivamente os problemas e as dificuldades?

A resposta é simples e fácil de deduzir. É que não dispondo Quarteira nem de um porto, nem sequer das condições mínimas para desenvolver a actividade pesqueira, a instalação de um anteporto e de um porto, ali mesmo, nas «barbas» dos pescadores surgiu quase como um desafio. É claro que não poderemos chamar de provocação um tal projecto, até porque tinha e tem objectivos importantes para a província e para o País, mas que, sem dúvida, os pescadores justa e legitimamente sentiram o sucedido é um facto indiscutível.

É por isso que, logo nessa altura, se devia ter previsto a construção de um porto com o fim exclusivo de servir a actividade piscatória, mas, verdade se diga, que as promessas não faltaram e tanto assim que chegou a estar prevista a sua instalação. Mas claro, nada se fez...

Sem dúvida que as autoridades de então tiveram uma certa consciência da situação e no Artigo 1.º do Decreto-Lei 215/70 no seu número 2 dizia-se expressamente:

«Sem prejuízo dos fins de turismo, poderá o porto de recreio ser parcialmente utilizado pela navegação de pesca, de carácter artesanal, em condições a estabelecer entre o Estado e a concessionária».

Mas essa lembrança nunca foi concretizada pois que, desde Maio de 1974, data em que o porto foi inaugurado, nada se fez, por parte do Governo, para regulamentar aquela utilização pelos pescadores, e estes, perante a inclemência do mar começaram desde logo a utilizar quer o anteporto quer o porto, para abrigo, abastecimento e reparação dos seus barcos.

Entretanto, e com «um porto ali

à porta» o número de embarcações aumentou.

E, como é natural, da utilização não regulamentada resultaram uma série de atritos verbais, inimizades criadas e desentendimentos frequentes conducentes a um mal estar permanente que se tem arastado, e que não serve a Pesca nem serve o Turismo, antes causa prejuízo a ambos.

Os pescadores são prejudicados porque não sabem com o que contam e o que podem ou não podem fazer. Quanto ao turismo, a situação é igualmente preocupante dado que dos 615 cais de amarração existentes cerca de 50 por cento estão vendidos a particulares, tendo, por outro lado, os conflitos surgidos atingido já repercussão internacional que, como é evidente, é negativa. Ao mesmo tempo outras actividades recreativas têm que ser adiadas.

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

Perante tal situação duas perguntas são importantes de fazer e o PSD fá-las aqui hoje:

— Quem é responsável por tal situação?

— Que fazer para a corrigir?

1. — RESPONSABILIDADE DE QUEM?

Certamente que todos estarão de acordo, e o Partido Social Democrata assim o entende, em que a culpa do que tem sucedido não é dos pescadores. Imagine-se, por exemplo, o que seria um jogo de futebol sem árbitro. Concretiza que não chegaria ao fim. Aqui, de um lado estão os pescadores, do outro a empresa concessionária e, claro está, que, se o Governo, na prática o árbitro, conforme o Decreto-Lei já referido, não assume as suas responsabilidades, não se poderá esperar uma solução capaz para o problema.

2. — QUE FAZER PARA CORRIGIR TAL SITUAÇÃO?

Segundo o Partido Social Democrata dois tipos de solução são de considerar: Uma de carácter definitivo, a começar a estudar desde já, e outras de carácter provisório, a dar resposta imediatamente.

(continua)

RELEVANTES FIGURAS GOVERNATIVAS VISITARAM O ALGARVE E AUSCULTARAM OS SEUS PROBLEMAS

(continuação da pág. 1)

cias evidenciadas pela costa sul do país.

Na sobrecarregada digressão os referidos governantes estiveram, no primeiro dia, em Vila Real de Santo António, onde se informaram do estado actual das obras do porto e tendo visitado também as instalações da Frigarve, depois em Cabanas, Tavira, Santa Luzia, Fuzeta, Olhão e Faro.

Em Faro, estes membros do Governo estiveram presentes ao acto de posse do presidente da Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve, Joaquim Lopes Belchior e João Francisco Bonança, investidura que foi conferida pelo director-geral dos Portos, Fernando António Munoz de Oliveira.

No decurso da efeméride o Ministro dos Transportes e Comunicações, depois de se referir ao significado do acto ali decorrido e de relembrar as localidades percorridas, teve a oportunidade de referir que para o ano em curso, em matéria portuária, serão inves-

tidos no Algarve 248.500 contos complementares a uma dotação para o triénio 1978-80, que atinge 1.278.400 contos.

A relevância de tais obras deve-se, salientou o Dr. Ferreira de Lima, «às necessidades evidentes das populações piscatórias, abandonadas durante anos e anos».

No tocante à última verba cativada (1.278.400 contos) estão incluídos os investimentos de 200 mil contos destinados ao porto da Baleeira, de 471 mil contos para o Porto de Portimão, de 358.800 contos, para o porto de Olhão e de 92 mil contos para o porto de Vila Real de Santo António.

No prosseguimento do calendário de visitas, os aludidos membros do Governo estiveram no passado dia 20 nos portos do Barlavento algarvio, designadamente na Baleeira, Lagos, Portimão e Quarteira, onde terminaram a sua jornada de trabalhos.

MINISTRO DO COMÉRCIO E TURISMO

Na companhia do Secretário de Estado do Turismo, Baltasar Gonçalves, o Ministro do Comércio e Turismo, dr. Basílio Horta, deram cumprimento a apertado roteiro de visitas e contactos.

Assim mereceram a melhor atenção, logo no primeiro dia de digressão a região de Barlavento. Foram portanto visitadas as suas principais localidades e empreendimentos de maior expressão turística.

A comitiva esteve assim, nas Caldas de Monchique, onde foi apresentado o plano da Enatur que comporta obras avaliadas em 25 mil contos; em Portimão, onde foi recepcionado pelo presidente do Município, Martins Gracias; na Torralta; no Hotel Golfinho, em Lagos; no Hotel Avis, onde foi posta a questão do seu acabamento, pelo que ficou decidido apresentar ao Conselho de Ministros um aval do Estado para um financiamento de 210 mil contos; na Praia da Rocha; no Carvoeiro, em que se equacionou a iluminação da zona do Algar Seco. No conselho de Silves, a comitiva deteve-se no Hotel Viking; em Armação de Pera, no «Casino», pertença da Comissão Regional de Turismo do Algarve; em Albufeira, onde o Dr. Basílio Horta, depois de escutar uma exposição do presidente do Município, Xavier Xufre e de ter convocado uma reunião, o Ministro deliberou colocar de imediato à disposição da Câmara uma verba de dois mil contos para continuação das obras de fornecimento de água, de molde a garantir a resolução do grave problema.

No conselho de Albufeira foram visitados o posto de turismo, e os hotéis Auramar e Alfamar.

No dia 20, a digressão prosseguiu com as visitas a Monte Gordo, da Praia Verde, do Sapal de Castro Marim e do edifício para turismo juvenil, em Manta Rota.

Na reunião havida em Monte Gordo, cabe-nos sublinhar, entre estes membros do Governo com os empresários hoteleiros e autoridades locais, foi revelado pelo Ministro do Comércio e Turismo que o projecto definitivo da ponte Internacional do Guadiana, será aprovado num encontro luso-espanhol, marcado para Lisboa em Junho próximo. Prevê-se a conclusão da obra dentro de um período de 2 a 3 anos.

Entre as asserções proferidas e que visaram uma variedade estimável de assuntos relacionados com o turismo, o Dr. Basílio Horta, a determinado ponto disse: «Temos por vezes a sensação de que o Algarve cresceu demasiado depressa em termos turísticos e que os poderes públicos não puderam ou não souberam acompanhar o crescimento explosivo que se verificou».

L. P.

Viver que vida?

(continuação da pág. 1)

ples! Quer dizer que o homem como todos os seres vivos, está inserido num meio que compreende a natureza e os outros homens, e, como tal não pode permitir-se destruir esse meio sem se destruir a si próprio.

É esse meio que já está em vias de destruição, o homem segue-o. Não é uma afirmação alarmista, é um facto que qualquer um pode observar. Dia a dia deparamos com:

— Rios transformados em esgotos: o Tejo já não corre azul, a água é castanha, o Guadiana sofre as descargas das fábricas portuguesas e espanholas, o Sado é um rio morto.

— Terras estragadas por excessos de pesticidas e adubos químicos.

— Rolos de fumo das fábricas, dos automóveis, do tabaco e muito mais, que vão, não só alterar o meio matando lentamente a vegetação, como vão minando o homem que os criou.

— Centrais nucleares que cada uma em funcionamento nos dá de bônus cerca de 6 000 cancros por ano na área de sua influência.

— Marés negras do petróleo derramado em acidentes de petroleiros que matam toneladas de peixe e que alteram toda a vida na zona do acidente.

— Ruídos de motos, de automóveis, das máquinas que nos agredem continuamente.

— Ruídos de aviões que segundo a revista Medical World News (Notícias Médicas Mun-

diais): o Dr. F. Norwell Jones que examinou mais de 225 mil recém-nascidos ao longo de três anos e registou 1,2% de defeitos congénitos na população que vive dentro dos limites da zona de aterragem. (O barulho segundo este médico afecta o cérebro fetal, a espinal medula e o abdómen podendo causar o aparecimento de lábios leporinos e fendas palatinas).

— A urbanização selvagem, os prédios uns por cima dos outros, a falta de infraestruturas, a não existência de água canalizada, de esgotos, a falta de planeamento, a habitação clandestina; a falta de centros de recreio e zonas verdes nos bairros habitacionais.

— As destruições selváticas das praias e costas do país.

— As doenças cardiovasculares que matam cada vez mais.

Sua causa: defeitos alimenta-

res, vida conturbada, excessos, stress e falta de exercício.

— As doenças cancerígenas, as psicológicas, a fome, etc...

Decerto concordamos com facilidade, quanto o meio foi alterado e que a Ecologia é de todos porquanto dela depende o homem.

Vou através de vários artigos falar-vos destes casos e não só. Apresentar-vos alternativas ecológicas aos crimes anti-ecológicos e consequentemente anti-humanos.

Quero logo hoje na minha primeira colaboração pedir-vos para que me escrevam caso concordem ou não com o que me proponho fazer. Dêem-me a vossa opinião, ponham questões que gostassem de ver esclarecidas que eu farei o que estiver ao meu alcance para vos informar.

M. Cardoso

DESINTERVENÇÃO DA TORRALTA

(Continuação da pág. 1)

mento e na iniciativa privada e não na demagogia acentuada da marxização económica.

Os assaltos às empresas na era gonzalvsta mostraram a verdadeira face da colectivização marxista e hoje é necessário que os políticos conjuguem os seus esforços no sentido de definirem claramente os estatutos da recuperação do mal feito, enveredando definitivamente pela política do bom senso.

Agostinho da Silva, empresário dinâmico e impulsor activo de empreendimentos, regressou confiante, cheio de coragem e de projectos realistas para que a Torralta ultrapasse todas as dificuldades e estmule os investidores ao investimento, tão necessário à economia do País.

A desintervenção da Torralta reveste-se de um significado muito especial. Se bem que não se possam esperar milagres, pois consta-se que durante a intervenção a Torralta somou 4 milhões de contos de prejuízo, o facto é que o regresso de Agostinho da Silva faz renascer as esperanças e florescer um certo optimismo em relação ao dia de amanhã.

Quando a Torralta nasceu teve uma gestão laboriosa, fizeram-se estudos de mercado, analisaram-se projectos económicos. Durante a intervenção a Torralta foi conduzida por gestores incapazes, alheios aos problemas da empresa, apenas apegados à utopia ideológica de certas formações partidárias. A prova está no montante de prejuízo da empresa, e na falta de iniciativas concretas dos gestores, na deterioração sofrida que imporá medidas de recuperação que embora não se façam de um dia para o outro, pelo menos agora renasce a esperança da Torralta ser «Torre Alta». As ocupações selvagens não têm já razão de existir.

Esperamos que outras desintervensões sejam feitas.

TONY PEREIRA

CANÇONETISTA

Aceita contratos para actuar em BAILES, FESTAS, etc.

CONTACTAR PELO TELEFONE

94286

ALMANCEL — POÇO



O HOSPITAL DE LOULÉ E SUAS INSTALAÇÕES

(conclusão)

5. — O Hospital de Loulé, ou o seu corpo clínico tem alguma interferência na assistência médica à periferia? O que realmente decorre neste âmbito aqui no Concelho? Qual a opinião da Comissão Instaladora, de como organizar este tipo de assistência que supomos extensiva aos policlinicos, e em condições precárias de funcionamento?

— Em minha opinião, o Serviço Médico à Periferia (S.M.P.), estando longe de constituir uma solução ideal, foi uma medida francamente positiva e que de algum modo veio contribuir para minorar as carências gravíssimas da nossa cobertura médico-sanitária, cuja maior penúria se fez sentir precisamente nas zonas periféricas e rurais do país. Penso até que veio evitar aquilo a que se pode chamar o ponto de ruptura, que se estava prestes a atingir. Como sabe, aos médicos policlinicos é-lhes imposta, como condição para poderem continuar a sua carreira hospitalar e profissional, a obrigação de virem trabalhar durante cerca de um ano para a província. É a isto que se chama S. M. P. Penso que uma análise detalhada deste serviço seria muito útil para esclarecimento dos leitores de «A Voz de Loulé», no entanto ela alongaria demasiado a nossa conversa, pelo que lhe deixo a sugestão de convidar um dos meus colegas policlinicos para uma entrevista, pois eles muito melhor que eu poderão realmente abordar este problema.

No entanto gostaria apenas de salientar dois aspectos que me parecem muito importantes... O primeiro diz respeito às populações utentes dos seus serviços que, julgo eu, não se podem sentir totalmente apoiados por médicos que mudam constantemente, que as pessoas não sabem onde moram, nem, quantas vezes, sequer como se chamam. Todas as pessoas sabem, por experiência própria, que muitas vezes no decorrer do tratamento dum doença é necessário estabelecer contacto com o médico que os assistiu para lhe dar conta da evolução da doença, que nem sempre é favorável, ou até de um imprevisto que a todo o momento pode surgir.

No esquema de trabalho dos policlinicos tal contacto é geralmente impossível. Nessas condições o doente e seus familiares vão sentir-se desamparados. É evidente que não pretendo culpar os policlinicos desta situação que resulta única e exclusivamente dum regulamento de trabalho com o qual eles próprios não estarão totalmente de acordo. O outro aspecto que gostaria de focar diz respeito aos policlinicos, que se vêm a braços com dificuldades que a maioria das pessoas igno-

ra, como por exemplo, a grande dificuldade que encontram na procura de alojamento.

Regra geral possuem casa em Lisboa que terão de manter, até porque para lá voltarão ao fim de um ano. Quando aqui chegam a única hipótese de alojamento que encontram situa-se nas zonas turísticas, com a agravante de rendas altíssimas, que se aproximam da dezena de contos mensais, ultrapassando até este valor se quiserem dispor do apartamento nos meses de verão.

As entidades governamentais têm preferido, até agora, ignorar este problema, uma vez que lhes concedem mil e quinhentos escudos de subsídio de alojamento.

As Com. Instaladoras têm uma interferência muito limitada na planificação do S. M. P., essa atribuição pertence a outra comissão local a CISSL. No entanto e em estreita colaboração ambas se têm preocupado em tirar o maior partido deste serviço no sentido de beneficiar as populações mais carenciadas e desprotegidas e acima de tudo tem sido sua preocupação essencial e prioritária a cobertura médica permanente do serviço de urgência do hospital.

Quanto aos grandes problemas de fundo continuam a só poder ser resolvidos pelos organismos centrais de decisão. A descentra-

lização não passou até agora dos discursos, ou quanto muito, e na melhor das hipóteses, de intenção política.

6. — Gostaria de acrescentar alguma coisa?

— Sim, gostaria apenas, e em nome da Com. Instaladora, de agradecer à «A Voz de Loulé» a oportunidade que nos dá de tentar esclarecer a opinião pública sobre alguns problemas que, certamente merecedores de sérios reparos, mas cuja solução ultrapassa em muito as boas vontades e as atribuições duma Com. Instaladora.

Para terminar, gostaria de lhe dizer da minha apreensão, que pressinto extensiva a uma boa parte dos trabalhadores do sector da saúde, médicos e paramédicos, quanto às perspectivas do tão apregoado Serviço Nacional de Saúde. Oxalá ele venha a ser uma autêntica reforma de saúde e que possa vir a dar satisfação, embora que minimamente, não só às necessidades de saúde da população portuguesa como também aos trabalhadores deste importante sector. Esperemos, pois, firmemente, que não nos seja oferecido um Serviço Político de Saúde, que obviamente serviria os políticos mas que viria a deixar ainda mais angustiada a já tão traumatizada população deste pobre país.

Notícias pessoais

FALECIMENTOS

Faleceu há dias em Paris o sr. Manuel de Sousa Coelho Fernandes, que deixou viúva a sr.^a D. Margarida Marim Teixeira.

O saudoso extinto era pai do nosso assinante e amigo sr. coronel Luís Teixeira Fernandes, prof. dos Altos Estudos Militares, casado com a nossa conterrânea sr.^a D. Stela Alves Fernandes e irmão das sr.^{as} D. Maria de Jesus Farrajota Fernandes, D. Maria do Sacramento Farrajota Fernandes e D. Maria da Assunção Farrajota Fernandes e do sr. João de Sousa Coelho Fernandes.

— Vítima de doença súbita, faleceu no Hospital de Faro, para onde fora transportado de urgência, o sr. Mário António da Silva, que era um dos mais dedicados empregados da firma Loulepão Lda., desta vila e, pelo seu bom comportamento e excelentes qualidades de trabalho e de carácter, sempre mereceu a maior estima e consideração da entidade patronal e dos seus colegas de trabalho.

O sr. Mário Silva era natural de Ermidas (Alentejo), contava apenas 29 anos de idade e deixou viúva a sr.^a D. Custódia Iria Guer-

reiro, também empregada da firma Loulepão, Lda.

O infausto acontecimento ocorreu no passado domingo, dia 21 e causou profunda consternação entre os seus numerosos amigos e conhecidos.

— Vítima de uma trombose que a prostrou em estado de coma durante 29 dias, no Hospital de Loulé, faleceu no passado dia 19 de Maio a nossa conterrânea sr.^a D. Maria José Cristóvão da Piedade Mata, que contava 70 anos de idade e era viúva do nosso amigo e conterrâneo sr. Casimiro dos Santos Mata, que foi dedicado funcionário de Finanças em Loulé.

A saudosa extinta era mãe dos nossos prezados amigos e conterrâneos srs. Casimiro José da Piedade Mata, comerciante em Aljustrel, casado com a sr.^a D. Natércia Correia Marçalo Mata e Amândio José da Piedade Mata, sócio-gerente da Empresa Comercial de Ovos, Lda., com sede em Loulé e filial em Almada, casado com a sr.^a D. Maria Vitalina Custódia Mata, funcionária da Tesouraria de Finanças de Loulé e avó da menina Isabel Maria Marçalo Mata e do menino Amândio José Custódio Piedade Mata e irmã das srs. D. Maria das Dores Cristóvão Pinto Lopes, D. Maria de Lourdes Cristóvão da Piedade e do sr. Alberto Cristóvão da Piedade (falecidos) e cunhada do nosso prezado amigo e assinante sr. Arquitecto Eurico Pinto Lopes, residente em Lisboa.

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

BAPTISADO

Na Igreja de S. José, em Puerto Cabello (Venezuela), realizou-se no passado dia 6 de Maio a cerimónia do baptismo da menina Heidi Valéria Melro Gago, filha do nosso conterrâneo sr. Adérito Rodrigues Melro e de sua esposa sr.^a D. Lídia Mendonça Gago Melro, neta paterna do nosso assinante e amigo sr. José João Melro e da sr.^a D. Maria Valério Rodrigues e materna do sr. Joaquim Gago e da sr.^a D. Vitória Mendonça Gago.

Depois da cerimónia foi servido um banquete, seguido de baile no Clube Naval do Dique Seco.

Não sou rainha...

Se eu fosse a rainha do céu seria uma nuvem de estrelas a sorrir a tua claridade.

Não sou a rainha do céu.
Não sou a rainha da terra.
Não sou a rainha de mim própria.

Não sou rainha...

Sou uma nuvem de gotas de chuva que em todas as noites escuras ameaço o teu barco com as lágrimas da minha tempestade.

Não te deixes morrer...

Vai secando as minhas gotas de chuva com o calor das tuas mãos.

E tu sabes beber as minhas gotas de chuva!... e precisas de as beber!...

A tua terra é menos seca.
O meu corpo é menos tempestade.

São dois cosmos que se encontram num só cosmo.

Tu és o mundo do amor!
Eu sou o mundo da angústia!
O nosso encontro é o mundo da coragem da terra.

IDÁLIA FARINHO CUSTÓDIO

Afirmado num colóquio no Porto O PC É UMA AGÊNCIA DE ESPIONAGEM RUSSA

Promovido pelo Comité de Apoio do Porto à Conferência sobre a Ameaça Imperialista Russa, realizou-se, há dias na capital do Norte, um colóquio para divulgação de alguns pontos acerca da referida reunião.

Ao usar da palavra, Chico da Cuf, um dos oradores da sessão, começou por salientar que foi graças ao Povo português, «nomeadamente de Rio Maior para o Norte» que o 25 de Novembro se tornou possível, consagrando a liberdade de os cidadãos se exprimirem livremente.

Referindo-se aos perigos que Portugal corre, «porque os objectivos prioritários dos russos, são agora os Açores», sublinhou que o «partido de Cunhal é uma agência de espionagem da União Soviética» e que «os portugueses têm de estar unidos, para não deixar que os agentes soviéticos façam cá o mesmo que estão a fazer no Laos, Camboja e Vietname».

A concluir a sua intervenção, Chico da Cuf revelou que a Rádio Televisão Independente está em marcha, e justificou a necessidade da sua existência, dizendo

que «se os homens da Novosti vão à televisão nacional, nós temos de dar aos patriotas portugueses a oportunidade de falarem noutra televisão, até porque não há, com certeza, nenhum democrata que não queira outra televisão em Portugal».

A abrir a sessão foi guardado um minuto de silêncio em memória de Aldo Moro, vítima — como foi afirmado — «do maior crime do século», praticado «por homens que fazem parte de uma estrutura ligada ao KGB».

VENDE-SE

Vende-se uma moradia de casas para habitação e quintal, no sítio da Piedade, freguesia de S. Sebastião.

— Várias courelas de terra de semear e mato com árvores, nos sítios da Piedade, Cova da Piedade e Campina de Baixo, respectivamente, tudo na freguesia de S. Sebastião de Loulé.

Tratar pelo Telef. 2191303 — Linda-a-Velha.

(6-1)

Cartas ao Director

PROTESTANDO

Alte necessita de um taxista que seja competente e diligente ao serviço do povo.

Embora haja dois taxistas, a verdade é que o povo de Alte está muito mal servido, visto um

ter serviço longe e algumas vezes o taxi em arranjo. O outro ocupando-se em tratar dos pintos e dos suínos não atendendo os passageiros e ainda lhes respondendo indelicadamente.

O povo de Alte está revoltado com o procedimento incorrecto do sr. Reinaldo. Algumas pessoas precisam de visitar as famílias mas evitam fazê-lo visto terem dificuldade em andarem quilómetros e mais quilómetros a pé e com malas de viagem nas mãos. Alte tem fama de ter dois taxistas, mas só tem um, o outro é incompetente ao serviço.

Quem se prontifica a corresponder a este apelo?

Alte, 20-5-78.

Maria Graciete Rodrigues Santos

PROPRIEDADE

VENDE-SE, de boa terra de semear composta de amendoeiras, figueiras, oliveiras e alfarrobeiras.

Informa na R. Condestável D. Nuno Álvares Pereira, n.º 3 ou na R. do Matadouro, 4, em Loulé.

PRECISAM-SE

- 2 Secretárias
- 2 Empregadas de Escritório (Serv. Gerais)
- Promotoras/es — Vendedoras/es

EXIGEM-SE: Qualificações médias para os serviços a desempenhar, boa apresentação, facilidade de expressão e dinamismo.

Só entrevistas pessoais todos os dias úteis das 15 às 18 h. na:

RUA FREDERICO-LECOR, 10-1.ª ESQ. em FARO

SALIR

— QUAL O SEU PROGRESSO?

Salir, 23 de Maio de 1978.
Ex.mo Senhor Director
de «A Voz de Loulé».
Tendo lido no jornal n.º 675 de
18/5/1978, de que V. Ex.ª é di-
rector, um apontamento da au-
toria do senhor Eduardo Macha-
do Pinto, «SALIR — QUAL O SEU
PROGRESSO?», muito me chocou
o pretensiosismo de quem critica
sem ter o mínimo fundamento ou
conhecimento de causa.

Teria o maior prazer em con-
vidar esse nosso conterrâneo, para
nos voltar a visitar e com o maior
prazer o acompanharia numa vi-
sita a Salir e não só à sua sede,
para que esse senhor visse com
os próprios olhos as realidades
da nossa terra, embora na ver-
dade muitas coisas hajam ainda
por fazer, mas dizer que nada se
fez a não ser a sede da Junta
de Freguesia «Obra do senhor
José Viegas Gregório» é crítica
cega de quem desconhece a sua
Freguesia.

Quero lembrar ao senhor Eduar-
do Machado Pinto e ao seu in-
formador algumas das obras já
realizadas pela actual Junta de
Freguesia.

ELECTRIFICAÇÃO — Monte do
Carrascal, Monte Poço, Ameijo-
frás, Arneiro e Coruja.

**ARRUAMENTOS EM ALCA-
TRÃO** — Do Porto das Covas ao
Castelo, Salir a Palmeiros, Estrada
da Nave do Barão, ruas dos
Montes Novos, da rua que liga
a Estrada Nacional à escola da
Cortelha e um troço da estrada
que liga o Largo General Hum-
berto Delgado aos Besteiros.

TERRAPLANAGENS — Salir ao
sítio das Éguas ou seja a futura
estrada de ligação a Almodôvar,
Pé do Coelho ao Malhão, Vale da
Rosa a Montes Novos e Cotovio
ao Arneiro da Rocha, estando
neste momento em curso as obras
de terraplanagem para a ligação
de Salir a Querença.

RECREIO E DESPORTO — Par-
que Infantil, Campo de Futebol ra-

zoavelmente apetrechado e estão
em curso obras num campo Po-
livalente no recreio da Escola Pri-
mária.

Mais uma vez convido o autor
do referido apontamento a visitar
a Freguesia de Salir e não só a
sua sede, porque o progresso
desta terra não se vê comodamente
instalado em casa de um
seu familiar.

Ao abrigo da lei de imprensa,
para a capacidade de resposta,
solicito a V. Ex.ª a divulgação da
presente.

Com os melhores cumprimen-
tos, subscrevo-me.

O Presidente da Junta da
Freguesia de Salir
**Manuel Dourado Martins de
Sousa Eusébio**

NOTA DA REDACÇÃO — Es-
peramos que o nosso colabora-
dor sr. Eduardo M. Pinto respon-
da a esta carta do sr. Presidente
da Junta de Freguesia de Salir.

Os angolanos passarão a falar espanhol?

Segundo notícias divulgadas
pela imprensa chegou recentemente
a Luanda o primeiro con-
tingente de professores cubanos
do destacamento Che Guevara.

Esta primeira «remessa» é con-
stituída por 120 professores, que
se destinam a substituir os por-
tugueses que foram forçados a
abandonar o país como conse-
quência da «exemplar descoloni-
zação».

Através dos seus laços cuba-
nos, os soviéticos pretendem as-
sim eliminar todos os vestígios
dos 500 anos da presença por-
tuguesa naquele riquíssimo país
africano.

Além de pretenderem introdu-
zir nos jovens angolanos uma no-
va mentalidade marxista-leninista,
os neo-colonizadores cubanos lec-
cionarão também matemática, fi-
sica, química, geografia e história.
Desta forma se pretende fazer
uma nova e exemplar colonização
de Angola...

J. A.

Vacinação contra o sarampo

Está em curso uma campanha
de vacinação contra sarampo, no
concelho de Loulé, para a qual
chamamos a atenção dos nossos
leitores.

O calendário estabelecido é o
seguinte:

Almancil — 1 de Junho (5.ª
feira) 14.30 horas.

Quarteira — 1 de Junho (5.ª fei-
ra) 16 horas.

Salir — 6 de Junho (3.ª feira)
— 10.30 horas.

Boliqueime — 7 de Junho (4.ª
feira) — 10.30 horas.

Ameixial — 14 de Junho (4.ª
feira) — 11 horas.

FADOS

Casa Típica em Faro

A capital algarvia foi dotada
com um restaurante típico (casa
de fado) denominada «A Túlipa»,
situada na Rua João de Deus, n.º
4 (telefone 27832). Todos os dias,
a partir das 20 horas com serviço
de jantar e ceia, «A Túlipa» apre-
senta um programa de fados. Ali
actuaam presentemente Helena
Gonçalves, João Mouro e Toy
Gonçalves.

As Forças Armadas são instituições nacionais

Em qualquer país do mundo
livre e civilizado as Forças Arma-
das são verdadeiras instituições
nacionais e por isso elas não po-
dem nem devem perfiar ou pri-
villegiar opções políticas partidá-
rias. Princípio contrário a este só
pode ser adoptado por poderes
marxistas, no seu fanatismo de
submeter tudo, incluindo a Pátria,
aos interesses moscovitas ou chi-
neses; e também é usado pelos
novos sobas africanos, como Tou-
ré, Amin e outros, que mantêm
bandos de sicários para consoli-
dar suas tiranias e para liquidar
seus concorrentes.

É às F. A. que compete, usan-
do os meios postos pela nação ao
seu dispor, assegurar a paz pú-
blica e responder pela segurança
nacional.

Assim, quando a tranquilidade
pública estiver manifestamente
ameaçada ou ferida por virtude de
lutas partidárias, violentos con-
flitos sociais ou intoleráveis pres-
sões de grupos ou facções agin-
do com poderes ilegais, é então
que as F. A. têm o dever de in-
tervir para salvar a Nação do mal
maior da guerra civil, isto é, para
garantir a paz interna e o livre
curso da vida dos cidadãos; a
não ser assim, as F. A. serão
inúteis ou ficarão partidárias,
como infelizmente aconteceu há
poucos anos entre nós quando
foram instrumentalizadas e sub-
vertidas por grupos e bandos po-
líticos sujeitos a interesses alheios.

Por mais forte razão, quando a
independência, que é a mais cara
das liberdades, correr perigo ou
fôr lesada, é às F. A. que com-
pete, sem limitações nem dúvi-
das, o desencadeamento de ac-
ções com vista a afastar ou des-
truir a ameaça; não sendo assim,
não se compreende nem se jus-
tifica que a nação gaste com as
F. A. importantes recursos huma-
nos e materiais.

Temos de convir que é um lu-
xo demasiado supérfluo o encar-
go de alimentar F. A. para figu-
rar em paradas ou correrias de
aparato bélico, para «dinamizar»
ou «lavar o cérebro» às popula-
ções segundo figurinos contrá-
rios ao seu gosto, para cobrir ou
apoiar esbulhos e depredações,
para fazer fretes aos profissionais
da política, para explorar aviários
ou aquários, para espingardear o
povo como aconteceu há pouco
ou, simplesmente, para passear,
perante pacatos e apáticos cida-
dãos, os camuflados que nas ma-
tas ganhariam mais autenticidade
e dignidade quando tivessem de
sofrer o fogo dos inimigos da Pá-
tria.

Certamente não existe quem
de são juízo não considere a
guerra como um tremendo mal,



**MARIA DAS DORES
CRISTÓVÃO DA PIEDADE
P. LOPES**

MISSA

Sua família vem por este
meio comunicar a todas as
pessoas amigas e de suas
relações que, no próximo dia
13 de Junho, pelas 19.15
horas, na Igreja de S. João
de Brito, em Lisboa, será
celebrada missa sufragando
a alma da saudosa extinta.

Antecipadamente se agra-
dece a comparência de quem
participar na celebração da
Eucaristia.

mesmo quando haja de fazer-se
para evitar um mal maior, como
seja a escravidão ou a morte.

Fugir à guerra, quando defen-
siva e em defesa dos legítimos
interesses nacionais, apenas por-
que se receia a dor ou porque se
teme a mutilação ou a morte, é
atitude de todo indigna de um
cidadão e é inadmissível num mi-
litar profissional; mais valia não
haver nascido, pois poupava à Pá-
tria a dupla vergonha da parição
de um parasita e de um renega-
do!

Todos desejamos a paz porque
ela é uma exigência da vida in-
dividual e de relação; mas não se
esqueça que viver é lutar e isto
exige muitas vezes derramamen-
to de sangue; e quando se trata
de um povo, a sua existência em
dignidade e em liberdade impõe
como preço não só o sangue mas
também a vida de muitos dos
seus filhos, e isso, precisamente
para que a comunidade nacional
sobreviva.

Perante a imposição da luta as
F. A., sob pena de traírem a sua
missão, não podem abdicar, fu-
gir, desertar ou negar-se ao sacri-
fício, pois foi para tal sacrifício,
quando necessário, que a Nação
as criou, sustentou e preparou; é
um sacrifício doloroso, porque
sendo de alguns por todos, imo-
lados melhores ou dos mais bem
dotados da comunidade (juven-
tude, valentia, desembaraço, vir-
tudes cívicas, etc.).

Dure a guerra o tempo que du-
rar, nada justifica ou perdoa que
se abandone ou se comprometa
unilateralmente a dignidade e a
honra, as populações e os seus
haveres, o passado e o futuro,
isto é, todos os valores que in-
tegram a pátria comum.

Para se justificar a deserção
do combate, a fuga ao dever e a
traição ao juramento de fidelida-
de, vários profissionais deram-se
a empolar sofrimentos ou terro-
res, a avolumar o número de mor-
tos e de feridos e a encarecer tra-
balhos e canseiras tidos e havi-
dos no ultramar, e tudo isso co-
mo se muitas centenas de milha-
res de portugueses não tivessem

CARLOS DA COSTA CAMPOS E OLIVEIRA

Estágios de Formação em França

Estão abertas inscrições para
estágios de formação do sector
de animação sócio-educativo a
decorrer em França.

Estes estágios destinam-se a
jovens maiores de 18 anos que
participem em Associações ou
movimentos juvenis e que tenham
um conhecimento perfeito da lín-
gua francesa.

Os estágios e datas dos mes-
mos são os seguintes:

a) Estágio de realização em
formato super 8 (3 a 16 de Ju-
lho).

b) Estágio sobre expressão
teatral para crianças (6 a 11 de
Novembro).

c) Estágio sobre Arte Dramá-
tica (3 a 26 de Julho).

lá estado e não tivessem conhe-
cido os medos do combate, co-
mo se as repartições oficiais não
pudessem corrigir as perdas opor-
tunamente dadas a público caso
estivessem viciadas e como se
às F. A. competisse fazer «guer-
rinhas» como as do alecrim e da
manjerona.

A guerra foi sempre brutal e
muito pior tiveram de a fazer,
para sobreviver, os contemporâ-
neos de Churchill, Staline, Roose-
velt e outros, e isto para referir
apenas os tempos mais recentes.

As F. A. são o braço armado
da Nação e, qualquer que fosse
a solução política dada pelos po-
deres civis ao problema da luta
no ultramar, a Nação tinha todo
o direito de esperar que a sus-
pensão da acção militar se pro-
cessasse controladamente, como
é timbre e dever de chefias res-
ponsáveis, e, no mínimo, acate-
lando não só a vida e a dignida-
de dos portugueses de raiz euro-
peia, como também as de todos
quantos, por sentimentos e ser-
viços, se consideraram, não im-
porta a cor da pele, tão portu-
gueses como aqueles ou ainda
melhores.

As F. A. conservaram-se intran-
sigentemente nacional durante os
treze anos de luta no ultramar,
aliás na esteira de uma missão
mantida durante oito séculos, des-
de Ourique a Flandres e ao Ro-
vuma; esta conduta foi violada em
1974 quando as F. A. se deixa-
ram instrumentalizar pelo marxis-
mo internacional e por seus cúmp-
lices infiltrados nas suas fileiras.

As F. A. que até então haviam
merecido geral confiança e apreço
passaram em Abril daquele ano
a ser conduzidas por chefes sem
escrúpulos que pactuaram com o
inimigo, entregaram parcelas da
Pátria sem audição dos interes-
sados, abandonaram armas, ban-
deiras e populações, traíram ca-
maradas de combate, praticaram
serviços sobre cidadãos indefe-
sos, enxovalharam as tradições e
virtudes militares e conduziram o
País ao caos em que se encontra,
e, em grave risco de se tomar um
feudo ou coutada de Moscovo.

HORTA

Com 2 hectares, com po-
mar no sítio de St.º Estêvão
— Silves. Arrenda-se por 3
anos ou vende-se.

António Rodrigues — Rua
do Castelo, 4 — SILVES.

HONDA

VENDE-SE

Motoc 250 c.c. — 20 c.

Tratar pelo telefone 62195
— LOULÉ.

APARTAMENTOS

Vendem-se apartamentos,
por estrear, situados na Ex-
pansão Sul, com 4 assoalha-
das, elevador, ampla cozinha,
com os requisitos modernos.

Trata tel. 62482 — LOU-
LÉ.

VIVENDA

Vende-se vivenda, em Alhos
Vedros, próximo do Barreiro, com
casa de jantar, sala comum, 3
quartos, dispensa, cozinha, casa
de banho, e 2 casas no quintal.
Tem chave na mão.

Resposta para: V. L. Sousa —
Rua Tristão da Cunha, 8 — Alhos
Vedros.

VENDEM-SE

Canas para vassoureiros, ou
para obras.

António Rodrigues — R. do
Castelo, 4 — SILVES.

ESMERIL

GRANULADO

CASA CHAVES CAMINHA
Av. Rio de Janeiro, 19-B
Lisboa — Tel. 885163

CAVE - ALUGA-SE

Situada na Rua Poeta Aleixo.
Trata: Av Costa Mealha, 90-2.º
— Loulé.

VENDE-SE

Um balcão envidraçado de
madeira da África. Porta e
montra em ferro.

Informa Pastelaria Fastuoso
— Praça da República, 27
— LOULÉ.

Empregada doméstica

PRECISA-SE

Contactar pelo telefone
62833 (das 20 às 22 horas).
(2-1)

O ALGARVE ENRIQUECE PORTUGAL

(Continuação da pág. 1)

nossa história foram escritas pelos homens do mar. Aventureiros por natureza, abnegados por necessidade, heróis por amor à Pátria, são os homens do litoral, de entre todos os portugueses, aqueles a quem a Nação mais deve, pois das suas vidas alimentou-se o Povo que o Destino quis que fosse o mais audaz e generoso do Mundo.

Historiar a vida dos pescadores do Algarve é tarefa demasiado grande para quem tão pouco sabe dizer e não sou eu quem se atreve a fazer história, não só porque por defeito pecaria, mas, também, por me faltar engenho para fazê-lo. Sou demasiado pobre de conhecimentos para julgar vidas tão cheias de virtudes. No entanto, e porque me propuz escrever sobre o sector das pescas, apenas tentarei evidenciar as injustiças de que têm sido vítimas os mais anónimos e maiores cidadãos de Portugal.

Que saibamos, até agora, ainda não houve nenhum governante que se preocupasse com os pescadores; talvez porque se não lembrem deles ou porque se lhes sintam inferiores. Mas, o que é facto, é que a Nação vai vivendo do seu esforço e o cidadão comum já quase só tem acesso aos bens que eles produzem.

Fala-se das pescas mas nada se faz para promover o pescador, talvez pelo receio que ao cultivar-se, aprendendo a ler e a escrever, ele abandone o mar tal como o agricultor abandonou a terra, pois é incompatível com a cultura o esforço desumano e mal compensado. Por isso cremos que promover o pescador é, sobretudo, dar-lhe condições de trabalho dignas que o façam ver na sua profissão o seu futuro e o dos seus descendentes. Mas, promover o pescador não é só politizá-lo, fez-lo revolucionário, levá-lo a odiar o trabalho e os seus concidadãos. Não! Não é assim que o povo português poderá construir a Pátria a que deverá ter direito.

Promover o Pescador é, em nossa opinião, dar-lhe conhecimentos técnico-profissionais que o levem a tirar da sua arte melhor proveito e com menor esforço, para que não procure noutras profissões mais leves e melhor recompensadas, o seu ganha pão. Ser pescador implica o risco da própria vida e o mar é implacável, não poupando na sua fúria os que nele labutam. O Pescador não tem que ser um sub-cidadão ou um super-homem, terá que ser, sim, um cidadão digno, a quem os outros cidadãos respeitem quer pela sua profissão quer pelo lugar social a que tem direito. Infelizmente, a ignorância dos pescadores tem estado na origem da sua marginalização e não é raro ver-

se o homem do mar ser preterido na sociedade, ao nível das associações desportivas, culturais, recreativas, até, quantas vezes, lhe é recusada a entrada nos cafés e restaurantes porque se apresenta mal vestido, ou barulhento e sem maneiras; mas, ali, nas mesmas mesas onde não pode sentar-se, consome-se o produto do seu trabalho, ao mesmo tempo que se ridiculariza a sua figura grosseira e típica. O turista que o foca, diariamente, com a sua máquina fotográfica e se aproveita do seu fotogénico tipicismo, recusa sentar-se ao seu lado em qualquer local público.

Pergunto: — O que fez a sociedade portuguesa dos seus mais úteis e abnegados cidadãos? O que pensa o governo fazer em prol da cultura e da integração dos pescadores na sociedade que é nossa e deles com mais direito?

Será que vai continuar a ter um ministério da Agricultura e Pescas que apenas se preocupa com a reforma agrária e deixa entregues à inoperância burocrática dos gabinetes e dos papéis sem razão que o pescador não entende, as suas vidas e o seu lugar social?

Todos os dias se afirma nos jornais, na rádio, na televisão, nas conversas, nos comícios, na Assembleia, nas entrevistas com os governantes, que é preciso produzir-se para ultrapassar a crise (leia-se penúria) económica em que nos encontramos. No entanto, nós temos agora à nossa disposição duzentas milhas que constituem o nosso território marítimo, território superior em superfície ao nosso território terrestre. Todavia, por falta de conhecimentos e, sobretudo, de apoio, os nossos pescadores ainda continuam a utilizar os mais rudimentares apetrechos de pesca, dedicando-se, quase somente, à pesca artesanal, desperdiçando, assim, por falta de meios e conhecimentos, toda a fortuna ao seu alcance, contribuindo para agravar, dada a exiguidade do pescado, o nosso custo de vida. Por ser pouco, o peixe atingiu um preço exorbitante, proporcionando aos intermediários lucros fabulosos, dando ao consumidor a ideia, errada, que o pescador é um oportunista, que ganha muito e que se está a aproveitar da falta de outros produtos para fazer valer o seu peixe. Ora, isso não é verdade e o que na realidade se passa é o seguinte:

— O pescador artesanal que pesca o linguado, o salmote, o besugo, etc., vai ao mar num barco pequeno, movido por um motor fora-de-borda a gasolina, que é pago ao mesmo preço da gasolina para os carros de turismo, e leva consigo quatro camaradas.

Depois de uma noite de pesca, largando uma ou duas vezes uma rede enorme que chega a atingir os quatro ou cinco quilómetros de comprimento, tendo que suspender-lá à mão, o que constitui um esforço enorme e só calculável por quem, uma vez que seja, experimente, regressa a casa, em dias bons, com 20 ou 30 quilos de peixe que, normalmente, atingem um preço médio de 120\$00/kg. Sobre a importância total da venda incidem descontos no valor aproximado de 20%. Do restante, subtrai-se, ainda, o custo da gasolina. Do que resta para dividir pelos 4 camaradas, sabe a cada um arrecadar, na melhor das hipóteses, 400\$00 ou 500\$00. Ora, esta importância vence, facilmente, um servente de pedreiro ou um pintor da construção civil que faça duas horas extras durante o dia, sem um décimo do risco que corre o pescador. Agora, analisemos o intermediário que compra em lota o pescado aos pescadores, não paga impostos directos e tem na venda uma margem de lucro de 20% sobre a compra:

— Considerando que compra o produto do trabalho de 50 pescadores que ganharam, em conjunto, 35.000\$00, o intermediário ganha, sem esforço, 7.000\$00. Ora aqui está um exemplo evidéssimo da exploração do homem pelo homem e da injustiça que a sociedade comete na pessoa do homem que a alimenta.

Como modificar este estado de coisas:

1.º — O Estado tem que investir no sector das pescas ao nível dos pescadores, isto é, proporcionar-lhes meios mais avançados de capturação do peixe, nomeadamente, facilitar-lhes crédito para aquisição de barcos mais modernos e que utilizem combustível mais barato, o que lhes permitirá ir mais longe. Facultar-lhes ensinamentos técnicos para saberem trabalhar com aparelhos sofisticados de forma a que, com menor esforço e mais rapidez, possam apanhar mais peixe.

2.º — Organizar ou fomentar a organização de cooperativas de pescadores.

3.º — Criar novo sistema de vendagem que substitua a lota que ao sujeitar o pescador à lei da oferta e da procura lhe rouba o estímulo, pois, pescando muito corre o risco de ganhar menos do que se pouco tivesse pescado. Além disso, este sistema dá cobertura a manobras especulativas por parte dos intermediários. Reconhecemos que estes elementos não podem ser dispensados pela sociedade pois são parte integrante da sua engrenagem mas, cremos que devem ser enquadrados pela lei de modo a que o seu papel seja desempenhado com lisura.

4.º — Criar Escolas de Pesca onde os filhos dos pescadores e os pescadores mais jovens possam colher ensinamentos gerais e especiais que lhes permitam evoluir dentro da profissão e aproveitar eventuais bolsas de estudo para especialização no estrangeiro, sobretudo nos países que conosco mantêm contactos no sector das pescas e que estão mais evoluídos tecnicamente.

Se bem aproveitado, o sector das pescas, por si só, pode constituir uma fonte inesgotável de divisas, pois mercados não faltam para produtos tão bons como os nossos peixes. É só preciso pescá-los em quantidade.

Reestruturar a indústria conserveira e criar uma rede de frio que cubra todo o território nacional, incentivando o nosso povo a consumir produtos do mar, contribuirá para atenuar o nosso custo de vida e, simultaneamente, reduzir a quantidade dos produtos importados.

O Algarve, província preponderante do litoral, tem, no sector das pescas, um papel importantíssimo a desempenhar. O governo de Lisboa deve meditar nisso e dar ao Algarve o estímulo de que carece para enriquecer Portugal.

LEONEL DE SOUSA

Revestiram-se de tocante significado as comemorações do 120.º aniversário da «Música Nova»

(Continuação da pág. 1)

do de seguida as principais ruas da vila a Banda Artistas de Minerva que emprestou ao ambiente matinal a vibração peculiar dos dias festivos

Pelas 15 horas, conforme estava programado, houve uma tocante romagem de saudade e homenagem ao cemitério, onde se acham depositados os restos mortais dos antigos regentes Joaquim António Pires, Virgílio de Sousa Viegas, músicos e sócios da colectividade.

No momento, a Banda executou, sentidamente, a marcha fúnebre «A Despedida», enquanto membros da direcção colocaram nas campas dos regentes falecidos ramos de flores.

O ponto culminante das solenidades incidiu na sessão solene, presidida pelo Dr. Maurício Monteiro que, tal como o ilustre louletano e escritor, Pedro de Freitas, se deslocou expressamente a Loulé para se integrar nesta significativa comemoração.

Ao acto esteve presente o presidente da Câmara Municipal de Loulé, sr. Andrade de Sousa, acompanhado de sua esposa.

Durante a sessão dissertaram o dr. Maurício Monteiro, que teceu uma brilhante apologia à Banda Artistas de Minerva, salientando o contexto cultural da música como expressão e mensagem espirituais mais caras ao género humano.

De seguida o escritor Pedro de Freitas, que espelhou a emotividade sentida pela celebração, fez alusão histórica aos primórdios da Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva, à sua fundação e ao vulto prestigioso do antigo regente Joaquim António Pires, salientando alguns pormenores que atestaram os seus singulares méritos de maestro, a quem a Música Nova muito ficou devendo.

Como preito e gratidão pela obra dos fundadores, Pedro de Freitas, propôs à direcção que se prestasse homenagem a esses pioneiros, inscrevendo os seus nomes no salão da Sociedade.

Por indigitação do presidente da direcção, usou da palavra J. C. Viegas, autor deste apontamento, que evocou a sua ancestralidade que o liga a Loulé e à própria Música Nova, onde os seus ascendentes, nomeadamente o seu pai, João de Sousa Viegas, e seu tio Virgílio de Sousa Viegas, constituíram elementos activos da filarmónica. Terminou com uma exortação dirigida à nova geração de filarmónicos no sentido de prestigiarem a instituição a que pertencem.

Depois o componente directivo Santos Gomes, acabada que foi

a leitura da carta do sr. João de Sousa Viegas, ainda regente das Bandas de Sacavém e Olivais, na qual endereçou os seus votos de êxito e felicidades, discorreu sobre a cultura musical, e sobre certos desentendimentos provenientes do partidismo político que era necessário deixar lá fora. Apelo então para o espírito de compreensão geral pois dentro da Sociedade era necessário, para sua sobrevivência, a coesão e solidariedade de todos.

Produziu então uma alocução o presidente da Câmara de Loulé, sr. Andrade de Sousa que evocou os tempos da sua juventude e de episódios relacionados com a Música Nova, que sempre considerou como uma mensageira popular dos predicados cívicos e artísticos de Loulé. Salientou que era imperativo salvaguardar a sua continuidade e que dentro da esfera das possibilidades não deixaria de contribuir para a respectiva consolidação.

A certo ponto da sua oração, revelou então que em louvor às fortes tradições de Loulé, que era seu intuito reavivar, seria auspicioso fazer ressurgir a banda de «Música Velha», que se enquadraria adequadamente à política de cultura popular, hoje tão defendida e acarinhada.

Por fim, o presidente da direcção, o sr. Silvino Seruca Carpinteiro, dirigiu-se ao novo maestro da Música Nova, sr. João Gomes formulando a sua confiança nos seus dotes profissionais, de artistas e regente de apreciáveis recursos. Depois, salientou a boa vontade do presidente da Câmara, ali presente, que tem demonstrado particular estima pela vida da Filarmónica mais do que qualquer outro chefe de edilidade louletana. Apelo de seguida para a dedicação de todos os componentes da Banda com vistas a corresponderem da melhor maneira aos incentivos de que a Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva tem sido alvo.

Todos os oradores foram calorosamente ovacionados e por vezes interrompidos pelo entusiasmo dos aplausos.

A noite, no restaurante «Flor da Praça», num espaço bem servido, teve lugar o jantar de confraternização, que congregou a presença do presidente da Câmara de Loulé, alguns convidados, direcção, regente e componentes da Música Nova.

Num ambiente de cordialidade e franco convívio terminou assim o expressivo ciclo de comemorações, que selaram de forma memorável a transição do 100.º aniversário da Sociedade Filarmónica de Minerva.

J. C. Viegas

RESOLVA O SEU PROBLEMA HABITACIONAL



ADQUIRINDO A SUA CASA PRÓPRIA

Escolha o seu apartamento no novo bloco residencial em construção na Rua Ascensão Guimarães em Loulé, com 3, 4 e 6 assoalhadas, elevadores, sucção automática de fumos e as comodidades da técnica moderna.

CONSTRUÇÃO DE VIVENDAS POR EMPREITADA.

João de Sousa Murta & Filho, Lda.

Telfs. 62167 - 62261 — LOULÉ

(12-2)

Poupe gasolina

INSTALANDO NO SEU AUTOMÓVEL OU MOTORIZADA O:

THUNDER — JET

QUE AUMENTA A POTÊNCIA CONSOME MENOS GASOLINA

MONTA-SE EM 1 MINUTO. NÃO IMPLICA ALTERAÇÕES NO MOTOR. NÃO TEM DESPESAS DE MONTAGEM. DURAÇÃO: ENTRE 40.000 a 60.000 KMS.

VENDE-SE NA CASA DE ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS

LUAUTO, LDA.

na AV. JOSÉ DA COSTA MEALHA, 37

TELEFONE 62951 — LOULÉ

(3-1)

É MAIS LEVE A AUSTERIDADE IRMAMENTE REPARTIDA

(continuação da pág. 1)
didas promulgadas que envolve uma íntima correlação e interligação entre as micro e macro economias privadas e estatais, toma relevância especial o estatuto social vigorante, em que todos nós nos inserimos.

Daqui, desta coligação de compromissos e de reciprocidades argamassada em prol dos superiores interesses da nação, deriva uma subtil e unívoca solidariedade que vincula os cidadãos e os organiza em sociedade consciente, capacitada a discernir democraticamente (e também criticamente) dos direitos e dos deveres subjacentes.

A comparticipação, o grau de responsabilidade e sustentação da «res publica», são definidos por normas institucionalizadas às quais, escusado seria salientar, se deve tática e intelectiva obediência.

Decorre que a nação não pode ser concebida levemente, em moldes abstractos e subestimada a sua identidade caracterizada pela valência personológica de todos os seus filhos.

Ninguém neste pé da questão, por mais hierarquizado e carismático que seja se pode arrogar exclusivismos que brigam com a coerente harmonização dos contributos essenciais, dos quais a nação se nutre e revigora.

Torna-se indispensável destacar, que dentro do implícito pacto ético-social que sedimenta qualquer cidadão aos destinos pátrios, a repartição e recrutamento dos sacrifícios a todos toca suportar de forma solidária para com os princípios de justiça e equanimidade.

No caso da austeridade, em que falamos, o peso das restrições e dos agravamentos não deve incidir sobre um determinado sector sócio-económico, mas sem diferenciação, sobre todos os demais sectores representativos. Será, pois, impossível que o regime democrático se mantenha alheio a prerrogativas sobreclassistas e que permita privilégios e estabeleça, no âmbito das participações individuais, situações de excepção em benefício de obsoletos tradicionalismos burocráticos e castrenses.

A morigeração da austeridade, para que a muitos não resulte esmagadora cobrando custos sociais traumatizantes e irreparáveis, terá de ser escalonadamente distribuída, sem parcimónias, contemplando todos os escalões das actividades, mesmo aqueles que disfrutando de situações de poder proeminente constituem uma parcela estrutural do todo nacional.

J. C. Viegas

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-100, de fls. 79 a 81, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Manuel dos Santos, também conhecido por Manuel António dos Santos, solteiro, maior, residente no sítio de Águas Frias, freguesia de Alte, concelho de Loulé, declarou o seguinte:

Que actualmente é dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrém, de 1/3 indiviso do seguinte prédio:

Misto, constituído por uma morada de casas térreas, com três compartimentos

para habitação, e duas dependências, e por terra de semear e improdutivo, com árvores, denominado «Mal Julgado», no sítio de Águas Frias ou Águas Frias de Baixo, freguesia de Alte, concelho de Loulé, confrontando actualmente do norte com Rafael Coelho, do nascente com Manuel dos Santos da Palma, do sul com caminho e do poente com Rafael Coelho, inscrito na respectiva matriz predial; a parte urbana sob o artigo número dois mil quatrocentos e trinta e dois, com o valor matricial de novecentos e quarenta escudos, e a rústica sob o artigo número nove mil quinhentos e quarenta e um, com o valor matricial de trezentos e quarenta escudos, no valor global de mil duzentos e oitenta escudos;

Que até dezassete de Abril findo, era dono e legítimo possuidor também com exclusão de outrém de outro terço indiviso, do mesmo prédio, data em que por escritura lavrada a folhas cinquenta e duas, verso, do livro número B-cinquenta e três, de notas para escrituras diversas, do Segundo Cartório desta Secretaria, o vendeu a José dos Santos Jacinto, casado segundo o regime da comunhão geral de bens, com Maria Guerreiro, residente no referido sítio de Águas Frias, pelo preço de cento e sessenta mil escudos;

Que a cada uma das referidas fracções de um terço atribui o valor de 160 000\$00;

Que o prédio que acaba de ser identificado se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e que as referidas inscrições matriciais se encontram em nome dos herdeiros de António dos Santos, entre os quais ele justificante se inclui e a quem o mesmo prédio foi adjudicado como a seguir se indica: — com efeito,

Na partilha dos bens da herança aberta por óbito do referido António dos Santos, que faleceu no estado de casado segundo o regime da comunhão geral de bens, com Maria Correia, e residiu no sítio de Águas Frias, freguesia de Alte, concelho de Loulé, efectuada em data imprecisa mas que sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e trinta e três, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública, foi o prédio supra descrito adjudicado e ficado a pertencer, em comum e em partes iguais a todos os filhos do autor da herança, ele justificante Manuel dos Santos, Constância dos Santos e Maria Correia, ao tempo solteira, maiores, residentes no referido sítio de Águas Frias; e também,

Em data imprecisa, mas que sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e

trinta e oito, ele justificante comprou a sua referida irmã, Constância dos Santos, que continuava no estado de solteira, a fracção de um terço do prédio supra descrito, que lhe havia sido adjudicada e ficado a pertencer na referida partilha dos bens da herança aberta por óbito do seu aludido pai, António dos Santos, pelo preço de dois mil e cem escudos, também por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — sendo também certo,

Que desde a data da referida partilha e compra, até dezassete de Abril findo, tem vindo a possuir dois terços indivisos e posteriormente àquela data somente um terço do prédio supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também as adquiriu por usucapião.

Que em face do exposto não tem ele justificante possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre as aludidas fracções, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

A Voz de Loulé, n.º 677 de 1-6-78

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pela 1.ª secção do Juízo de Direito da comarca de Loulé, correm éditos de 20 dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos Autores MANUEL VIEGAS e mulher MARIA GONÇALVES CALADO, proprietários, residentes no sítio do Areeiro, freg.ª de S. Clemente, concelho de Loulé e dos Réus FRANCISCO VIEGAS ESTALO e mulher MARIA DA ASSUNÇÃO CALADO, residentes em Calle Tucamen, n.º 2 140, Belle Vista, República da Argentina para, no prazo de 10 dias posteriores ao dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos pelo produto do imóvel a vender e sobre que tenham garantia real, nos autos de acção especial de divisão de coisa comum com o n.º 73/77.

Loulé, 18 de Maio de 1978.

O Juiz de Direito,
a) Mário Metra Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

Brazão & Morgado, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 11 do mês corrente, lavrada de fls. 95, v. a 97, v. do livro n.º B-53, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Joaquim Manuel Passarinho Brazão Guerreiro e José Manuel Guerreiro Morgado, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma «Brazão & Morgado, Lda.», e tem a sua sede na Rua João das Regras, na freguesia de S. Clemente nesta vila e concelho de Loulé.

2.º — A sua duração é por tempo indeterminado, iniciando hoje a sua actividade.

3.º — O seu objecto consiste na compra e venda de veículos automóveis, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial, que os sócios acordem explorar e não seja proibida por lei.

4.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 150 000\$00 e foi subscrito pelos sócios, com uma quota cada um, do valor nominal de 75 000\$.

5.º — A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com a remuneração que vier a ser fixada em Assembleia Geral.

§ 1.º — Para obrigar validamente a sociedade é sempre necessária a assinatura dos dois sócios.

§ 2.º — Para o actos de mero expediente basta a assinatura de qualquer sócio.

6.º — A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

7.º — Não são exigíveis prestações suplementares ao capital social, mas os sócios poderão fazer os suprimentos de que a Caixa Social careça, nas condições acordadas em Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito.

8.º — É livremente permitida entre os sócios a cessão de quotas no todo ou em parte.

9.º — A cessão a estranhos só poderá efectuar-se com prévio e expresso consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

§ único — Para a concretização deste direito deverá a cessão ser comunicada à sociedade e a cada um dos sócios, por carta registada com aviso de recepção, ficando desde já estabelecido que o preço corresponderá ao valor nominal da quota, acrescido dos fundos de reserva da sociedade.

10.º — Quando a lei, não exigir outras formalidades as reuniões da Assembleia Geral, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

QUINTA-COMPRO

Junto à praia, entre Faro e Lagos, c/ boas vistas mar e campo, entre 2.000 e 5000 m2 p/ vivenda de férias, c/ água e electricidade e terreno para horta e pomar. Resposta com preço e detalhes para C.M.C. — Apalado 21.020 - Lisboa 2.

Para o seu marido não sair de casa

Há várias razões que levam os maridos a sair de casa à noite. Se o quiser conservar junto de si, minha senhor, compre um Maple

PROPRIEDADE RÚSTICA

COMPRA-SE

Propriedade rústica, com cerca de 50 hectares, compra-se de preferência que se situe na zona litoral do Algarve entre Tavira e Albufeira, com laranjais.

Dirigir carta e este jornal.

Verdades e mentiras do 25 de Abril

Por LUÍS A. M. PEREIRA



O artigo 48.º da Constituição Portuguesa, ponto 3, diz o seguinte:

«Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos».

Passados quatro anos de revolução e num País onde tanto se apregoa a liberdade, a democracia e o socialismo, o obscurantismo crescente da nossa sociedade desvalorizada continua a empoeirar-nos os olhos encobrendo certas criaturas, demasiado importantes nas hostes dos cravos e dos vigaristas, implicadas em actos de contrabando e de terrorismo.

Todos prometeram banir a poeira movediça e esclarecer o Povo com objectividade e realismo acerca dos actos do Estado e entidades públicas. Todos rezaram a mesma oração na ânsia de caga ao voto para se empoleirarem em lugares «fixes» e sacar algum. Todos convergiram na vontade de enterrar o País e de enganar almas cheias de fé na revolução do esbanjamento financeiro, da degradação dos costumes e tradições, do aumento da criminalidade.

A era gonalvista de triste memória acelerou a revolução, nacionalizou, explorou, roubou, e o Povo Português continuou alheio às manobras de gabinete. Quando deu por si já não tinha furos no cinto de insegurança. Os sucessivos governos de cariz democrático têm sido incapazes de solucionar os graves problemas da nação, até porque têm enveredado por linhas tortas obedecendo antes à sua própria constituição privada onde impera a lei do salve-se quem puder. Actualmente debatemo-nos com uma situação aflitiva e mesmo assim a partidária continua abundantemente apelando à falência completa da nossa sociedade saqueada. Todos prometeram a abolição da censura e calaram-se jornais. Todos prometeram a livre reunião e proibiram-se partidos. Todos prometeram a salvaguarda dos cidadãos ultramarinos e entregaram-se às colónias à traição. Todos prometeram justiça social, todos defendem a austeridade e não olham à especulação e à corrupção.

O Estado tomou jornais, empresas, instaurou uma burocracia desenfreada, um socialismo falido e utópico. O próprio Mário Soares já afirmou conscientemente que o socialismo nesta altura é impossível e gera um socialismo de miséria. Não restam dúvidas que há muita gente que tem violado o espírito democrático do nosso humilde povo.

O Povo Português continua sem saber se há consciência dos actos de Edmundo Pedro ou encobrimento do golpe. O Povo Português não percebe quais as funções de Palma Inácio. O Povo Português desconhece o caso de Lopes da Neta. O Povo Português quer saber quem matou Delgado

e Fernando Oneto. O Povo Português não compreende lá muito bem a reintegração de Rosa Coutinho. O Povo Português pouco sabe da «sova» no Almeida Santos. O Povo Português desconhece a situação de Spínola. O Povo Português nada sabe do 11 de Março, do 28 de Setembro, do 25 de Novembro. O Povo Português não sabe onde estão as «G-3». O Povo Português não sabe o que é feito do filho do ex-ministro Valter Rosa. O Povo Português não sabe se Costa Martins está preso em Angola. O Povo Português não conhece a situação da Antónia. O Povo Português não sabe quais as despesas do Estado. O Povo Português não sabe nada de números, do prejuízo das empresas nacionalizadas, dos passeios, das conferências, dos jantares. O Povo Português desconhece onde se encontram Durand Clemente, Dinis de Almeida, Isabel do Carmo e não só. O Povo Português não conhece as exigências do Fundo Monetário Internacional. O Povo Português ainda viu os relatórios dos mortos nas ex-colónias. O Povo Português não percebe nada de pequenos empréstimos e de grandes empréstimos. O Povo Português continua a desconhecer qual a situação do País e amanhã não sabe se há-de votar ou não porque ninguém ainda explicou quem são os culpados deste Capitalismo Selvagem que nos atirou para um

beco sem saída. Nós que acreditámos no 25 de Abril, que corremos, que engrossámos manifestações, que empunhámos bandeiras (e também cacetes em épocas difíceis), temos o constitucional direito de saber quais os erros cometidos pelo Estado e seus principais responsáveis. Num período em que o interesse nacional deveria sobrepôr-se aos interesses pessoais e partidários não compreendo porque motivo continuam os cidadãos mal informados e alheios ao que se passa dentro do aparelho do Estado.

O aumento da criminalidade que se tem verificado não é um fenómeno natural ou um dado inevitável da vida das sociedades em desenvolvimento. Não é impossível travar a explosão da criminalidade e de alcançar um eficaz controlo do crime. O Povo Português é humilde e está disposto a combater todos aqueles que procuram no crime o remédio para as suas frustrações. Vários escândalos sociais se têm verificado sem que os cidadãos tenham tido o mínimo de conhecimento acerca da culpabilidade dos indivíduos em causa. A guerra de comunicados dos partidos políticos, todos eles com interpretações tendenciosas e viciadas, apenas têm contribuído para a confusão entre as pessoas. Na verdade vivemos num reino de confusão. Contudo, fico à espera de ser esclarecido.

ANIVERSÁRIO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALBUFEIRA

Vai esta linda vila turística assistir à comemoração do aniversário da nova corporação de homens da Paz «BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALBUFEIRA» com o desfile em toda a vila de todo o seu corpo activo e respectivo material (que apesar de diminuído muito tem valdo à acção desta nova Corporação na defesa do próximo) com a colaboração de outras corporações de Bombeiros Algarvios, com o seu pessoal material e fanfarras.

ROMAGEM AO CEMITÉRIO

AOS BOMBEIROS FALECIDOS

Toda a população do Concelho deseja demonstrar a todos estes homens que colocam a sua vida em defesa do semelhante, o seu agradecido reconhecimento pela acção já prestada, virá para a Rua aclamar esta valorosa e Nova Corporação de Bombeiros Voluntários.

Não é demais realçar a necessidade desta nova corporação em possuir diverso material para prestar maior contributo quando requerido. Torna-se necessário e urgente ser esta Corporação dotada dum carro adaptado com guindaste, escadas «Magrus», máquinas de corte de chapa, e outro

equipamento de combate a incêndios e remoção de viaturas, quando caídas em barrancos.

É de realçar que estes homens que após o seu trabalho deveriam aproveitar o tempo disponível para descansar vão empregar desinteressadamente os seus ócios ao serviço da Corporação, ficando atentos a qualquer pedido de socorro.

Quem pode esquecer esta nova Corporação de Bombeiros Voluntários de Albufeira que foi formada à custa do sacrifício humano? Quem poderá esquecer os serviços de socorro a sinistrados e outros? Haverá que lembrar o «baptismo» desta nova corporação ao ter de combater no incêndio do Hotel Sol e Mar sem outro material que não fosse o uso de extintores e mangueira do próprio Hotel e mais tarde auxiliados pelas Corporações de Silves, Faro, Loulé, Olhão e outras, sendo de realçar a corporação dos Bombeiros de Silves que chegaram de princípio colocaram todo o seu material à disposição dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, bem como as restantes corporações que se puseram à disposição da Corporação de Albufeira aconselhando e cooperando na emergência.

Desde há muito se tinha alertado da necessidade duma Corporação de Bombeiros em Albufeira, nesta zona de imenso movimento turístico e com acidentes sucessivos e desastres pessoais, tendo de socorrer-se ao auxílio de outras zonas.

Bem haja esta rapaziada e todos aqueles que ajudaram à criação desta Corporação de Voluntários.

José Leal Branco

CARIMBOS

Executam-se na

GRÁFICA LOULETANA

R. Marçal Gomes da Costa

Telef. 62536 — LOULÉ

EM VALE DO LOBO

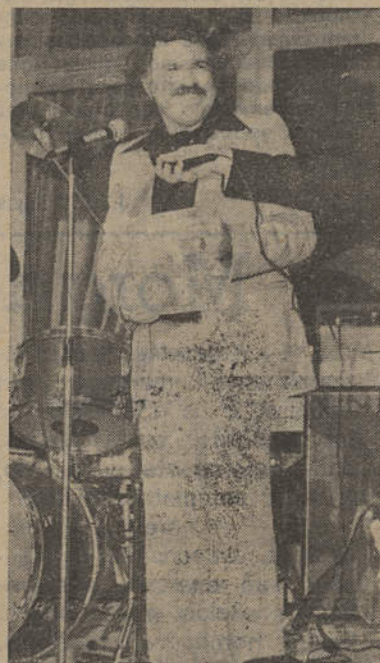
Cidadão holandês aposta na recuperação do turismo algarvio

(Continuação da pág. 1)

gente danada que teimava em trazer divas, em proporcionar postos de trabalho, em fomentar riqueza. Era preciso espalhar o ódio, o terror, a fuga precipitada, o regresso impossível.

Vale do Lobo foi um pandemónio. Saneamentos selvagens, pinturas insultuosas, situações degradantes, desemprego, greves e todo um rosário de revolucionarismo demente que quase levou muitos portugueses a pensar que estavam vivendo num país de loucos.

Uma empresa próspera que era Vale do Lobo, com cerca de 700



O SR. SANDER VAN GELDER NO MOMENTO EM QUE USAVA DA PALAVRA DURANTE A FESTA OFERECEU AOS SEUS EMPREGADOS

empregados viu os seus quadros enormemente reduzidos até atingir a situação de falência.

Passou depois à fase de liquidação, até que um homem de visão, inteligência, capacidade empreendedora e que também tem dinheiro decidiu apostar em Vale do Lobo e pretende agora fazer daquela mimosa e paradisíaca urbanização (de características únicas em Portugal) não apenas «a melhor do Algarve, nem tão pouco a melhor, mas a melhor da Europa e também do Mundo», utilizando as suas próprias palavras há dias proferidas aquando da festa de confraternização que proporcionou aos trabalhadores da empresa que está recuperando e que já proporciona, de novo, trabalho, bons salários e ambiente saudável a mais de 460 pessoas. É possível que a sua admissão tenha sido selectiva, o que até se compreende após 4 agitados anos em que uns tantos indivíduos transformaram em suas marionetes os trabalhadores que levaram a empresa ao descalabro quase total e o desânimo generalizado.

Agora a confiança voltou a Vale do Lobo. A Empresa já saiu da fase de liquidação e o sr. Sander van Gelder quis assinalar esse facto com uma festa de confraternização que serviu de pretexto para uma maior aproximação entre quantos se mostram dispostos a dar o seu valioso contributo para uma recuperação que a todos beneficiará.

Das palavras do sr. Sander van Gelder (que prometeu querer aprender melhor a nossa língua) pode deduzir-se o seguinte conceito: «Deixem-me trabalhar. Ajudem-me. Eu lhes proporcionarei mais trabalho, melhores condições

de vida, mais altos salários e... uma cantina».

Como é lógico, estas palavras mereceram calorosas e prolongados aplausos de todos os trabalhadores, os quais não escondem a sua satisfação pela forma como são tratados e satisfeitos com salários usufruídos, o que lhes dá ânimo para uma estreita colaboração com a entidade patronal, pois já estão a sentir os benefícios daí resultantes.

Do vasto plano já elaborado para que Vale do Lobo seja ainda mais atraente e acolhedor, já este jornal deu alguns apontamentos, mas novos projectos para enriquecimento daquele pequeno paraíso «à beira mar plantado» continuam a ser idealizados, desenhados e... concretizados.

Assim, é-nos grato revelar que as extensões à volta de Vale do Lobo induziram a um novo empreendimento adjacente a Vale do Lobo que se chamará Vale do Lobo 2. Em Vale do Lobo 2 será incorporado o antigo Ocean Club. A área total é aproximadamente de 350 hectares e inclui cerca de cinco quilómetros de praia.

x x x

SERVIÇOS DE VALE DO LOBO

É intenção da companhia elevar os serviços de Vale do Lobo a um nível de luxo. Os preparativos para atingir este nível estão em plena actividade:

a) Comunicações telefónicas — em cooperação com as autoridades de telecomunicações, Vale do Lobo receberá um PBX muito moderno. Haverá 400 extensões na primeira fase. O sistema telefónico será uma das funções importantes, pois permite-nos manter controle sobre todo o pessoal em todas as ocasiões e é particularmente importante quando há mensagens urgentes. Em funcionamento em Maio de 1978.

b) Haverá serviços de recepção 24 horas por dia — a Recepção mudar-se-á juntamente com o Escritório de Vendas para um edifício provisório na zona de entrada de Vale do Lobo. Além de haver pessoal de recepção poliglota, haverá guias em Vale do Lobo que trabalharão com carrinhas para trazer os hóspedes e suas bagagens até suas casas e transportá-los até ao aeroporto e trazê-los. Todo o pessoal usará uniformes desenhados pelo famoso figurinista Nico Verhey.

c) Serviços de vigilância — os serviços de vigilância serão melhorados e os guardas passarão a agir a partir do edifício de entrada com novo transporte, material e sistemas de comunicações.

d) Serviços de limpeza — tão cedo quanto possível, os serviços de limpeza funcionarão sete dias por semana — Os atalhados foram já encomendados e têm a criação do conhecido decorador Gerard van Osch. Em funcionamento em Maio de 1978.

e) Transporte — mini-mokes pintados ao estilo de Vale do Lobo e outros carros estarão à disposição dos hóspedes para transporte. Em funcionamento em Maio de 1978.

f) Cartões de crédito — haverá em breve um sistema de cartão de crédito que dará aos proprietários direito a um desconto em todos os serviços do empreendimento. Em funcionamento em Maio de 1978.

Promovido pelo Comité de Apoio do Porto à Conferência sobre a Ameaça Imperialista Russa, realzou-se, há dias na capital do Norte, um colóquio para divulgação de alguns pontos acerca da referida reunião.

Apanhado um rato de motorizadas

No passado dia 15 de Maio, para efeitos de fiscalização de rotina a PSP local mandou fazer auto a Vítor José Martins dos Santos, de 19 anos, mecânico, residente nesta vila, que tripulava uma motorizada de marca «Sachs», portadora da chapa de matrícula 2-LLE-47-24.

Após as averiguações usuais verificou-se que as características da referida motorizada bem como o número do motor se encontravam alteradas.

Inquirido sobre as discrepâncias verificadas, explicou que o mo-

tor não pertencia à motorizada al. presente, mas a uma outra que ele havia subtraído em Março último, na Rua Frei Joaquim, em Loulé, onde se encontrava estacionada.

No prosseguimento do caso, as investigações conduziram as autoridades ao domicílio do indivíduo citado, tendo encontrado um lote de variados acessórios de motorizadas ao que se supõe também furtadas.

O detido foi enviado para Faro dando entrada no calaboiço onde aguarda julgamento.